



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

**Registro: 2021.0000685272**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1007242-24.2015.8.26.0533, da Comarca de Santa Bárbara D Oeste, em que é apelante PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE, é apelado DAVY SOARES (INTERDITO(A)).

**ACORDAM**, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "**Deram provimento em parte ao recurso. V. U.**", de conformidade com o voto da Relatora, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CESAR LACERDA (Presidente) E CESAR LUIZ DE ALMEIDA.

São Paulo, 24 de agosto de 2021.

**BERENICE MARCONDES CESAR**

**Relatora**

Assinatura Eletrônica



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

**Apelação Cível nº 1007242-24.2015.8.26.0533**

**Apelante/Ré: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA  
BÁRBARA D'OESTE**

**Apelado/Autor: DAVY SOARES**

**MM. Juiz de Direito: Paulo Henrique Stahlberg Natal**

**Comarca de Santa Bárbara D'Oeste - 2ª Vara Cível**

**Voto nº 36432**

ACIDENTE DE VEÍCULO. REPARAÇÃO DE DANOS. Responsabilidade Civil Objetiva do Estado. Existência. Da análise da dinâmica do acidente e do acervo probatório, verifica-se a inexistência de culpa exclusiva da vítima na ocorrência do evento danoso. Inobservância das regras de trânsito, no que diz respeito à tomada das cautelas devidas. DANOS MORAIS e ESTÉTICOS. Configuração. “Quantum” indenizatório alterado para fixação de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, conforme as peculiaridades do caso. DANOS MATERIAIS. PENSÃO MENSAL. Fixação. Limite 73 anos. Pensão mensal decorrente de ato ilícito não se compensa com benefício previdenciário – naturezas distintas. Reforma parcial da r. sentença. RECURSO DA RÉ PARCIALMENTE PROVIDO.

Trata-se de “ação de indenização por responsabilidade civil” ajuizada por DAVY SOARES, representado por sua curadora e genitora Cassia Cristina Moreira da Silva, contra PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE, julgada parcialmente procedente pela r. sentença (e-fls. 228/237), para condenar a Ré ao pagamento de indenização por danos morais e estéticos (R\$ 100.000,00), materiais (10.960,00), tudo devidamente atualizado, bem como pensão mensal vitalícia no valor equivalente ao último salário percebido pelo Autor e reembolso das despesas médicas e terapêuticas cujos valores serão apurados em liquidação por arbitramento. Em razão da sucumbência, condenou a

## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios sucumbenciais, cujo percentual será fixado sobre o valor da condenação na fase de liquidação.

Inconformada, a Ré interpôs o presente recurso de apelação (e-fls. 394/414), desafiando as contrarrazões do Autor (e-fls. 418/427).

Parecer da D. Procuradoria de Justiça pelo desprovemento do apelo (e-fls. 444/454).

É o relatório.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra r. sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial da ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos em razão de acidente de automóvel causado por condutor de veículo público, reconhecendo a existência de responsabilidade objetiva do Estado.

Pretende a Ré a reforma da r. sentença sob o argumento de culpa exclusiva da vítima ou, alternativamente, culpa concorrente. Impugnou os danos materiais, bem como a ocorrência de danos morais e estéticos, requerendo, alternativamente, a redução do valor fixado a título de indenização por tais danos. Requereu, ainda, o reconhecimento de impossibilidade de pagamento de pensão mensal em razão do Autor receber benefício previdenciário, devendo ser fixado limite na hipótese de manutenção da condenação.

Pois bem. Tratando-se de questão atinente a responsabilidade civil do Estado, tem-se que a responsabilidade é objetiva e, portanto, independe da existência de culpa. Em verdade, a mera comprovação da ocorrência do dano e do nexo de causalidade, ou seja, que o evento ocorreu em função de ação ou omissão de agentes da Prefeitura-Ré, bastaria para que estivesse presente o dever de indenizar.

É o que dispõe o art. 37, § 6º, da Constituição Federal, *in verbis*: “§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado

## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

*prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”.*

Contudo, presente alguma excludente de responsabilidade, afasta-se a responsabilidade do Estado. Não é o caso dos autos.

Importa mencionar que a ocorrência do acidente automobilístico e os danos dele decorrentes tornaram-se incontroversos na espécie, sendo ponto controvertido tão somente a existência de culpa exclusiva da vítima.

Nestes termos, impende destacar trecho do histórico do acidente constante do boletim de ocorrência lavrado (e-fls. 32/35):

“PRESENTES NESTE PLANTÃO POLICIAL OS PMS MORILHA RE 141387-2 E ANDRÉ LUIS RE136335-2 NOTICIANDO QUE FORAM ACIONADOS VIA COPOM AO LOCAL DOS FATOS, EM ATENDIMENTO A OCORRÊNCIA VERSANDO SOBRE ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA. NO LOCAL FORAM INFORMADOS, QUE A VIATURA DA GUARDA MUNICIPAL (...), ESTAVA PELA AVENIDA IACANGA, EM PERSEGUIÇÃO (...), SENDO QUE A VIATURA ESTAVA COM GIROFLEX E SIRENE LIGADOS, E A VÍTIMA CONDUZIA A MOTOCICLETA RETRO QUALIFICADA, PELA RUA ISOLINA G. ROSA. QUANDO NO CRUZAMENTO DAS CITADAS VIAS, O FAROL ESTAVA VERMELHO PARA A VIATURA, E VERDE PARA A VÍTIMA.”.

Ademais, observa-se que a Ré em sua contestação, apesar de impugnar a narrativa constante da inicial, assim esclareceu quanto à conduta do condutor do veículo de sua propriedade (e-fl. 160):

“Estavam com giroflex e alarme sonoro ligados e observaram total cautela aguardando o fluxo de veículos parar para avançar com segurança no farol fechado, vermelho. Nada obstante e infelizmente, o autor, conduzindo sua motocicleta em alta velocidade, pelo corredor dos veículos, não observou a passagem de veículo de urgência, vindo a chocar-se na lateral traseira do veículo oficial (...)”.

Nota-se, portanto, que ao invés de aguardar o fluxo de veículos cessar por completo, o condutor do veículo da Ré optou por

ingressar na via a fim de continuar a perseguição empreendida, momento no qual atingiu a motocicleta na qual estava o Autor.

Ora, a mera alegação de que o condutor da motocicleta estava em alta velocidade não tem o condão de afastar a conclusão da r. sentença, uma vez que era do condutor do veículo da Ré a obrigação aguardar o momento adequado para cruzar a via, o que deixou de fazer. Ressaltando que se tornou incontroverso nos autos o fato de que o farol estava vermelho para a Ré e verde para o Autor, o que só corrobora o quanto narrado acima.

Diante de tais conclusões e do acervo probatório produzido, de fato, a culpa pela ocorrência do acidente não pode ser atribuída integralmente à vítima ou mesmo de forma concorrente, de modo que presente os requisitos ensejadores da responsabilidade civil da Ré, cumpre apreciar o *quantum* indenizatório.

No que tange ao valor estipulado a título de indenização por danos morais e estéticos, deve ser considerado o critério da razoabilidade e proporcionalidade para a sua fixação, a fim de se atender a sua função reparatória e punitiva, não podendo o dano moral representar procedimento de enriquecimento para aquele que se pretende indenizar, já que, dessa forma, haveria um desvirtuamento ilícito e inconstitucional do ordenamento jurídico atinente à responsabilidade civil.

Leciona o i. Carlos Roberto Gonçalves: “*Levam-se em conta, basicamente, as circunstâncias do caso, a gravidade do dano, a situação do ofensor, a condição do lesado, preponderando, a nível de orientação central, a ideia de sancionamento ao lesado (punitive damages)*” (em Responsabilidade Civil, Ed. Saraiva, p. 573).

Nessa linha, diante das circunstâncias do caso, a indenização fixada em R\$ 100.000,00 a título de danos morais e estéticos se mostra demasiadamente exacerbada, constituindo valor não razoável.

Dessa forma, o valor da indenização deve ser

minorado para o valor de R\$ 45.000,00 a título de danos morais e estéticos, quantia que se mostra mais adequada diante das circunstâncias dos autos, indenizando o Autor sem locupletá-lo injustificadamente, servindo por outro lado para punir e desestimular condutas reiteradas da Ré e seus prepostos.

Vale dizer que apesar da redução do valor indenizatório, não se pode minorar as consequências advindas do acidente, uma vez que o laudo pericial não só comprovou o nexo de causalidade entre o acidente e os traumas, como concluiu pela perda da vida independente do Autor, cuja incapacidade para o trabalho é total e permanente, tendo sido acometido de lesão neurológica sem qualquer expectativa de melhora (e-fls. 334/342).

Os danos materiais, por sua vez, restaram devidamente demonstrados, tendo sido juntados orçamentos elaborados por concessionárias da fabricante da motocicleta (e-fls. 122/129), cujos danos foram inegavelmente demonstrados, inclusive pelo próprio boletim de ocorrência, no qual constou não ter condições de tráfego.

Por fim, no tocante à pensão mensal, constatada a incapacidade total e permanente aliada à impossibilidade de atuação nas atividades profissionais anteriormente desenvolvidas, originada pelo acidente, é de rigor a condenação ao pagamento de tal verba.

Ao revés do que alegado pela Ré, não deve haver o desconto dos valores recebidos pelo INSS. Isso porque não há compensação entre o benefício previdenciário auferido pela vítima e os valores devidos a título de indenização por responsabilidade civil extracontratual, que possuem naturezas jurídicas – direito público e direito privado, respectivamente – e fatos geradores distintos – contribuição previdenciária e materialização da hipótese de incidência, de um lado, e responsabilidade civil subjetiva extracontratual, de outro.

Não se olvide que o benefício previdenciário jamais seria devido caso a vítima não contribuísse mensalmente ao INSS,

legitimando-se, à custa própria, ao recebimento de quantia oriunda do sistema de previdência social.

Nesse sentido, a lição do i. Sergio Cavalieri Filho, que também ressalta o caráter *punitivo* da indenização civil:

“A reparação de Direito Comum não comporta compensação com a que a vítima há de perceber em decorrência de sua vinculação a sistema previdenciário ou securitário. Com efeito, se responsabilidade é o dever de responder pelo ato ilícito perante a ordem jurídica, e indenizar é reparar o dano dele decorrente da forma mais completa possível, segue-se não ser possível ao autor do dano aproveitar-se do patrimônio da própria vítima para diminuir o *quantum* indenizatório. O patrimônio do causador do dano é que deve responder pela indenização e não o da vítima. Admitir a diminuição da indenização em razão de benefício previdenciário, seguros pessoais, aposentadoria e outros rendimentos da vítima importaria no absurdo de permitir ao causador do dano indenizar a vítima com o patrimônio da própria vítima; importaria, em última instância, em uma nova agressão ao patrimônio da vítima. Afinal, o causador do dano não responderia pelo mal causado, não repararia a lesão produzida no patrimônio da vítima, e acabaria por não responder pelo ato ilícito praticado, em flagrante violação ao artigo 186 do Código Civil.”<sup>1</sup>

Contudo, deve ser estabelecido o limite para pagamento até os 73 anos de idade do Autor, média de sobrevida da população brasileira.

Nessa linha, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: “É possível a utilização dos dados estatísticos divulgados pela Previdência Social, com base nas informações do IGBE, no tocante ao cálculo de sobrevida da população média brasileira” (STJ, Resp n. 1244979/PB, Rel. Ministro Herman Benjamin, Órgão julgador: Segunda Turma, j. 10/05/2011).

A pretensão recursal, portanto, merece acolhimento em parte.

---

<sup>1</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 133-134.



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Ante o exposto **CONHEÇO** e **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso de apelação da Ré, para **REFORMAR EM PARTE** a r. sentença hostilizada com o fim de **REDUZIR** a indenização por danos morais e estéticos para o importe de R\$ 45.000,00. Ainda, para **FIXAR** o limite de 73 anos de idade para o pagamento da pensão mensal. No mais, fica mantida a r. sentença.

No caso de interposição de **embargos de declaração** contra a presente decisão colegiada, ficam as **partes intimadas**, desde logo, para que se manifestem no próprio recurso acerca de eventual **oposição ao julgamento virtual**, nos moldes do artigo 1º, da Resolução nº 549/2011, com a redação alterada pela Resolução nº 772/2017, do Órgão Especial deste Egrégio Tribunal de Justiça, **advertindo** que, no **silêncio**, o recurso será **automaticamente** incluído no **julgamento virtual**, ressaltando que no recurso de embargos de declaração **não cabe** sustentação oral.

Berenice Marcondes César  
Relatora